



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA



PARECER JURÍDICO PROJUR nº 25/2017.

REFERÊNCIA: CARTA-CONVITE Nº 001/2017. EXAME ACERCA DO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS NO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO.

INTERESSADO: Fundação Cultural do Município de Abaetetuba.

EMENTA: CARTA-CONVITE Nº 001/2017. QUE TEM COMO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA PARA O CARNAVAL 2017. EXAME ACERCA DO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS NO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO.

Trata-se de requisição de Parecer Jurídico, formulada pelo servidor, senhor, Odil de Oliveira Ferreira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Abaetetuba, sobre o procedimento licitatório da Carta Convite nº 001/2017 para prestação de serviço para execução de instalação, montagem e desmontagem de estrutura para o carnaval 2017.

DA ANÁLISE FÁTICA

O Ilustríssimo Diretor da Fundação Cultural em seu expediente solicitou processo administrativo licitatório para a locação de infraestrutura para o Carnaval de 2017, justificando a grandiosidade do carnaval no município.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação remeteu o processo administrativo epigrafado, versando sobre licitação pública na modalidade *Carta-Convite*, para apreciação jurídica com amparo no art. 38, inc. VI, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objeto do presente parecer encerra o exame dos atos procedimentais realizados na fase externa da licitação.

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA



DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Inicialmente, ressalta-se que esta procuradoria atem-se tão somente às questões de legalidade referentes ao procedimento licitatório em análise, devendo tal certame ocorrer em fiel obediência à Lei nº 8666/93, fugindo à competência da procuradoria quaisquer considerações sobre o mérito da presente contratação e da discricionariedade administrativa.

Nesse sentido e em total observância ao parágrafo único do art. 38, da Lei de Licitações e Contratos, cuja exigência de parecer jurídico é obrigatória e se faz imperativa para fins de aprovação da minuta do edital passamos a análise da minuta.

Do convocação e da participação

Foram comprovadamente convidadas três empresas para o certame em liça, conforme demonstra as notificações em anexo. Pela leitura da declaração das convidadas, é possível concluir que elas são do ramo pertinente ao objeto licitado, além do que milita em favor da Administração a presunção de que as empresas que receberam o convite são capazes de entregar os bens licitados.

Registro, por oportuno, que o aviso de licitação foi publicado no quadro própria da Prefeitura, exposto ao público.

Todas as licitantes convidadas, **LOC ENGENHARIA LTDA, EVENTOS SÁ LTDA-ME E GM ENGENHARIA LTDA**, compareceram na sessão pública, que ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2017 às 9h.

Conforme se constata na ata foram abertos os envelopes de habilitação, onde todas as licitantes cumpriram os requisitos de habilitação.

Posteriormente foram abertos os envelopes contendo as propostas, onde a Comissão considerou válidas as propostas financeiras ofertadas pelas licitantes habilitadas, tendo sido declarada a empresa **LOC ENGENHARIA LTDA** a vencedora do certame.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA



Nenhuma das empresas manifestou interesse em interpor recursos, tendo inclusive sido juntado uma declaração de desistência assinado pelas licitantes.

Após vieram os autos conclusos para parecer.

CONCLUSÃO

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas, nos termos do da Lei nº 8.666/93.

Por todo o exposto, e após exauriente exame do procedimento da Carta-Convide nº 001/2017, opinamos pelo **PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, com a sua devida homologação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Abaetetuba (Pa), 14 de fevereiro de 2017.



Yasmin Carvalho Santos
Procuradora Jurídica do
Município de Abaetetuba
Portaria 011/2017

YASMIN CARVALHO SANTOS
Procuradora Jurídica Do Município